



B1

ISSN: 2595-1661

ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](https://portaldeperiodicos.capes.gov.br)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



Políticas públicas e a inclusão na educação

Public Policies and Inclusion in Education

DOI: 10.55892/jrg.v7i15.1436

ARK: 57118/JRG.v7i15.1436

Recebido: 20/07/2024 | Aceito: 23/09/2024 | Publicado on-line: 24/09/2024

Larissa Rayane Eulálio de Araújo¹

<https://orcid.org/0009-0006-2287-267X>

<https://lattes.cnpq.br/6765774042587646>

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, São Luís, MA, Brasil.

larissarayane791@gmail.com

Ivone das Dores de Jesus²

<https://orcid.org/0000-0003-0843-907X>

<http://lattes.cnpq.br/1086598726620130>

Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD- Mato Grosso- MS, Brasil.

ivonedasdores@hotmail.com

Maria Veronica Oliveira Simão³

<https://orcid.org/0000-0001-7912-6738>

<http://lattes.cnpq.br/3904974348812121>

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, São Luís, MA, Brasil.

mvosimao0311@gmail.com

Leidmar Cunha Melo⁴

<https://orcid.org/0009-0003-7328-207X>

<http://lattes.cnpq.br/5568585903866150>

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, São Luís, MA, Brasil.

ladymelo.bio@hotmail.com

Siarla Danielle Andrade Sousa⁵

<https://orcid.org/0009-0003-0981-4318>

<http://lattes.cnpq.br/3497275821750226>

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, São Luís, MA, Brasil.

danysiarla@gmail.com

Wallysabel Araújo Veras⁶

<https://orcid.org/0009-0003-0144-7023>

<http://lattes.cnpq.br/5568585903866150>

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, São Luís, MA, Brasil.

wallysabelveras@gmail.com



¹ Letras Libras, Pedagogia, Mestranda em Educação Inclusiva.

² Filosofia, Doutor em Educação Inclusiva.

³ Letras Espanhol, Mestre Educação.

⁴ Biologia, Mestranda em Educação Inclusiva.

⁵ Pedagogia, Mestranda em Educação Inclusiva.

⁶ Física, Mestranda em Educação Inclusiva.

Resumo

O presente estudo tem como objetivo explorar o debate em curso sobre os movimentos sociais que buscam promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas, com foco especial na atuação do Estado, na implementação de políticas públicas nesse campo. A justificativa está no desenvolvimento de uma pesquisa que relate sobre a responsabilidade do Estado em encontrar soluções inovadoras para vencer os desafios que impedem certos grupos sociais de ter acesso aos recursos e serviços necessários para que a inclusão educacional aconteça, o que significa garantir o direito à educação para todos. A metodologia utilizada foi de cunho bibliográfico e qualitativo. Como resultados, trazemos à tona as principais vertentes do ensino que abordam uma nova perspectiva da Educação Especial, considerando o trajeto histórico da inclusão, assim como as medidas adotadas pelo Departamento de Educação Especial no combate pelas conquistas sociais dos estudantes com necessidades educacionais especiais. Como conclusão, a terminologia "necessidades educacionais especiais" é muito ampla e pode se aplicar a uma grande parcela dos alunos, sobretudo de forma sucinta a nossa concepção de necessidades educacionais especiais adotada pela Seed/DEE. Isso ajuda a entender melhor como definimos o conjunto de ações direcionadas aos alunos que são o foco de nossas políticas. É essencial que as políticas públicas desenvolvam e implementem leis que respeitem a diversidade e estejam comprometidas com a promoção dos direitos humanos.

Palavras-chave: políticas públicas; inclusão; educação.

Abstract

The present study aims to explore the ongoing debate about social movements that seek to promote the inclusion of students with special educational needs in schools, with a special focus on the State's role in implementing public policies in this field. The justification lies in the development of research that reports on the State's responsibility in finding innovative solutions to overcome the challenges that prevent certain social groups from having access to the resources and services necessary for educational inclusion to happen, which means guaranteeing the right to education for all. The methodology used was bibliographic and qualitative. As a result, we bring to light the main aspects of teaching that address a new perspective on Special Education, considering the historical path of inclusion, as well as the measures adopted by the Department of Special Education in the fight for the social achievements of students with special educational needs. In conclusion, the terminology "special educational needs" is very broad and can apply to a large portion of students, especially in a succinct way to our conception of special educational needs adopted by Seed/DEE. This helps to better understand how we define the set of student-directed actions that are the focus of our policies. It is essential that public policies develop and implement laws that respect diversity and are committed to promoting human rights.

Keywords: public policies; inclusion; education.

1. Introdução

A inclusão e a exclusão são como duas faces de uma mesma moeda, duas realidades opostas que coexistem em nossa sociedade. Ao discutirmos estratégias para promover a inclusão social, econômica, digital, cultural ou escolar, estamos admitindo que os sistemas atuais de organização e produção social são inerentemente excludentes e precisam ser transformados. É papel do Estado, nessa conjuntura, buscar soluções inovadoras para romper com as barreiras que separam os grupos excluídos do acesso a recursos e serviços e, principalmente, do direito à educação (Dos Santos, 2012).

O presente trabalho tem como objetivo explorar o debate em curso sobre os movimentos sociais que buscam promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas, com foco especial na atuação do Estado, na implementação de políticas públicas nesse campo.

A problemática é saber como o Estado tem contribuído com as políticas-públicas voltadas para casos de inclusão escolar. Ademais, a discussão em torno das políticas públicas de inclusão escolar demanda uma reflexão mais ampla sobre os grupos que têm sido alvos da exclusão social atualmente. O tema da exclusão social tem sido amplamente abordado e é surpreendente a quantidade de grupos marginalizados que estão na fronteira dessa exclusão. Independentemente do termo utilizado para descrever a educação - seja ela inclusiva, para todos ou multicultural.

Na sua essência, pensar em políticas públicas de inclusão escolar implica em planejar e executar projetos que ampliem as oportunidades de acesso e integração social para grupos marginalizados. Essa marginalização pode ser decorrente de pobreza extrema, diferenças de cor, raça e etnia, limitações físicas ou cognitivas, perseguição política, religiosa ou de orientação sexual, entre tantas outras possibilidades. Em outras palavras, a exclusão social é tão diversa quanto os padrões de normalidade impostos historicamente à humanidade, que ditam o que é considerado bonito, inteligente, linguístico, financeiramente estável, culturalmente aceito, e nos quais devemos nos enquadrar para não sermos excluídos (Justi; Hostins, 2020).

A busca pela inclusão social, econômica, digital, cultural e escolar implica em reconhecer a existência da exclusão como parte integrante da nossa realidade. Nesse sentido, é necessário confrontar a lógica excludente que permeia as estruturas sociais atuais e buscar mecanismos que a subvertam. Nessa tarefa, cabe ao Estado a responsabilidade de encontrar novos caminhos para superar os obstáculos que impedem o acesso dos segmentos excluídos a bens, serviços e, especialmente, à educação (Dos Santos, 2012).

É fundamental reconhecer que a inclusão e a exclusão são duas faces de uma mesma realidade. Ao discutir maneiras de promover a inclusão social, econômica, digital, cultural ou escolar, estamos, ao mesmo tempo, admitindo que as estruturas e as relações sociais existentes são excludentes. Portanto, é responsabilidade do Estado encontrar formas de superar esses obstáculos e garantir que os grupos marginalizados tenham acesso aos recursos e serviços necessários para uma vida plena. Isso é especialmente importante no caso da inclusão escolar, onde o direito à educação deve ser assegurado a todos (Ball; Maguire; Braun, 2016).

A Secretaria de Estado de Educação, representada pelo seu Departamento de Educação Especial, tem como objetivo central criar um Estado focado em funções estratégicas para a sociedade, com uma estrutura e capacidades gerenciais que possibilitem executá-las com máxima eficiência. Almejamos um Estado que desempenhe um papel fundamental no avanço do campo social, estando conectado

com as mais recentes fronteiras tecnológicas e avanços na área institucional e de gestão (Brasil, 2015).

2. Metodologia

Este trabalho é de cunho bibliográfico e qualitativo, onde a pesquisa não é apenas uma busca indiscriminada de informações, mas sim um processo estruturado e organizado. É preciso formular um problema a ser investigado, elaborar um plano provisório para orientar o estudo, buscar as fontes relevantes, ler e estudar o material encontrado, fazer fichamentos e, por fim, organizar as informações de forma lógica (GIL, 2017).

Todo esse trabalho exige uma postura crítica e uma visão ampla das diferentes opiniões e abordagens sobre o tema. É importante estar aberto a diversas perspectivas e interpretar os dados de forma inteligente e criativa. Portanto, a pesquisa é um processo fundamental para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade e embasado em conhecimento sólido. É uma tarefa exigente, mas que pode trazer resultados significativos e fazer a diferença no campo acadêmico (GIL, 2017).

Para a seleção dos estudos, escolheu-se incluir apenas artigos científicos em sua totalidade, que estejam livremente disponíveis e escritos em idioma português. Além disso, priorizou-se aqueles que, ao ler o título e resumo, abordam de forma abrangente os aspectos relacionados à temática do estudo.

Foram estabelecidos critérios de exclusão para garantir a qualidade dos dados analisados. Dessa forma, foram excluídos do estudo trabalhos com textos incompletos, revisões duplicadas e que não se enquadravam nos critérios de seleção especificados para o contexto brasileiro. Além disso, apenas foram considerados os estudos que realmente se propunham a responder aos objetivos desta pesquisa. Após esse processo de filtragem, os estudos elegíveis foram minuciosamente lidos na íntegra para determinar se conseguiram abordar a questão central desta investigação. Essa abordagem profissional garante a confiabilidade dos resultados obtidos. De 10 artigos buscados, apenas 04 respondem aos objetivos da pesquisa, onde serão discutidos em uma tabela nos resultados abaixo.

3. Resultados e Discussão

AUTOR	OBJETIVOS	RESULTADOS
Matiskei, A. C. R. M., 2004	O presente trabalho pretende acirrar o debate atual acerca dos movimentos sociais em favor da inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, situando o papel do Estado, com destaque à Secretaria de Estado da Educação, na implementação de políticas públicas, nesse contexto.	Desenvolver e implementar políticas públicas cujo propósito esteja assentado no respeito à diferença e no compromisso com a promoção dos direitos humanos.
CARMO, et al., 2019	Analisar as políticas públicas educacionais e as de formação de professores no intuito de refletir sobre possíveis convergências e distanciamentos na construção de um sistema de ensino capaz de atender à diversidade trazida pela inclusão escolar.	Um descompasso entre as ações governamentais para a inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial e a formação de professores para atendê-los, ficando esta última como uma preocupação secundária nas políticas públicas para a inclusão escolar.

TEIXEIRA, 2010.	Buscar a partir de levantamento bibliográfico e através da realização de entrevistas com atores envolvidos com o tema, analisar como ocorre o processo de formação desse tipo de política, bem como compreender onde se encontram as falhas que fazem algumas políticas sociais de inclusão da pessoa com deficiência não terem os resultados totalmente satisfatórios.	Esse estudo se limitou a fazer a análise empírica a partir de entrevistas de uma pequena amostra da população brasileira, sendo que, teve uma limitação regional no que se refere às cidades que tiveram os representantes entrevistados. Essa limitação pode ser caracterizada como uma limitação no projeto, pois não há como saber, sem uma análise mais completa, se as informações aqui apresentadas representam a realidade de outras regiões.
CARDOSO, A.A., TAVEIRA, G.D.M., STRIBEL, G.P., 2021	Visa fomentar discussão entre a evolução histórica dos processos de inclusão de tais alunos e as consequências ocasionadas pela necessidade do isolamento em decorrência da pandemia, a fim de evidenciar a relevância e urgência da consolidação de políticas públicas educacionais de inclusão.	As escolas de muitos países estão fechadas, algumas adotando aulas remotas e/ou educação à distância. Com isso, grupos que já apresentavam graus de vulnerabilidade, como o caso dos alunos e alunas com deficiência, ficam ainda mais cerceados do direito à educação escolar, principalmente na realidade brasileira.

Fonte: autora da pesquisa, 2023.

Para alcançarmos um avanço significativo na conquista de direitos dos grupos excluídos, é essencial superar a desarticulação das políticas públicas de base na área social. Educação, saúde, família, habitação, desenvolvimento social - todos esses aspectos devem ser cuidadosamente integrados e fortalecidos para garantir que nenhum indivíduo seja excluído das bênçãos de uma sociedade verdadeiramente inclusiva. Afinal, só assim poderemos construir um futuro no qual todos tenham igualmente a chance de prosperar. Portanto, é crucial abraçar essa tarefa com um tom profissional e dedicado, dando o devido valor a uma questão tão importante para o progresso de nossa sociedade (Matiskei, 2004).

É imprescindível reconhecer que as políticas públicas vão além das obrigações legais e jurídicas, nas quais o Estado é apenas um executor impessoal, sem princípios que direcionam suas ações. Apesar de serem desenvolvidas com o objetivo de beneficiar toda a sociedade, é importante compreender a complexidade dos interesses e forças conflitantes presentes na realidade social (Carmo, 2019). Acreditamos firmemente que fornecemos recursos que enriquecem as possibilidades de reflexão e ação no âmbito pedagógico, pois a inclusão e a exclusão têm início na sala de aula. Não importa o grau de comprometimento de um governo com a inclusão; são as experiências diárias das crianças na sala de aula que determinam a qualidade de sua participação e a ampla gama de oportunidades de aprendizado oferecidas em uma escola. O modo como as escolas promovem a inclusão e evitam a exclusão é o cerne da qualidade de vida e aprendizado vivenciada por todas as crianças. A nova concepção trazida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 nos permite enxergar a Educação Especial de uma forma ampliada e mais abrangente. Agora, não somente expandimos as áreas em que atuamos, mas também o número de pessoas que podemos alcançar com nossos serviços (Cardoso; Taveira; Stribel, 2021).

Considerando a variada gama de educandos abrangidos pelo termo "necessidades educacionais especiais", que vão desde aqueles com deficiências permanentes até aqueles que enfrentam dificuldades de aprendizado, é possível inferir que a maioria dos alunos se enquadra nessa categoria, dada as alarmantes

estatísticas de evasão e fracasso escolar. Essa mudança significativa de perspectiva trouxe consigo a necessidade de repensar os problemas de aprendizagem dos alunos e promover discussões sobre a importância de políticas educacionais macropolíticas que atendam às necessidades especiais dos alunos. Essa mudança vai além dos setores responsáveis pelos serviços destinados a esse grupo de alunos, englobando toda a sociedade educacional como um todo (Teixeira, 2010).

Ainda há muitos obstáculos a serem superados na implementação de políticas públicas que promovam a inclusão nas escolas. Além de mencionar as importantes ações que devem ser tomadas pelo trabalho conjunto dos diferentes setores do governo estadual, é relevante neste momento destacar as tendências e desafios a curto e médio prazos, a fim de indicar possíveis soluções para as dificuldades mais urgentes que surgem (Cardoso; Taveira; Stribel, 2021).

4. Conclusão

Cabe ao Estado atuar como mediador entre distintas instâncias e grupos sociais, visando à integração entre regiões e municípios, organizações não governamentais, fundações, empresas privadas, movimentos sindicais, organizações religiosas, instituições de ensino superior e outros setores da sociedade civil e comunidades organizadas. Essa colaboração conjunta é crucial para a implementação de ações que garantam os direitos de todos os cidadãos, especialmente daqueles que enfrentam discriminação ou marginalização por diferentes motivos.

A Secretaria de Estado da Educação encara o desafio da inclusão escolar como uma oportunidade de repensar e reformular políticas e estratégias educacionais, visando não apenas proporcionar acesso efetivo a crianças e adolescentes com necessidades especiais, mas também garantir que eles possam permanecer na escola e adquirir conhecimento. Embora o discurso oficial e dominante promova a inclusão, é importante questionar o risco de aniquilar as diferenças no contexto escolar através de políticas não-críticas que tentam alcançar a igualdade de direitos. Essas políticas reduzem a complexa jornada da inclusão social a uma mera coexistência física dos "diferentes" com os considerados "normais" na escola.

O processo de inclusão educacional exigirá um planejamento cuidadoso e mudanças profundas na gestão educacional. Isso envolverá desde a distribuição adequada de recursos governamentais até a flexibilização do currículo em sala de aula. Cada pessoa envolvida é uma peça essencial em uma intrincada teia que sustenta esse processo inclusivo. É importante ter em mente que nem todos os requisitos necessários estarão imediatamente prontos para a implementação completa da inclusão.

Da mesma forma, não podemos simplesmente decretar que a inclusão se torne realidade da noite para o dia, como por magia. Estamos vivendo um momento de mudança de paradigmas e as conquistas já alcançadas pelos indivíduos com necessidades educacionais especiais e suas famílias, como o direito à educação escolar, reabilitação e assistência social, não podem ser desprezadas e as estruturas desmontadas como se não tivessem um valor histórico inegável no intrincado tecido social. Portanto, acreditamos que respeitar o direito constitucional das pessoas com necessidades especiais e suas famílias de escolher a melhor forma de educação para suas necessidades, circunstâncias e aspirações é promover um processo de inclusão responsável e cidadã.

Referências

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015.

CARMO, Bruno Cleiton Macedo do; Fumes, Neiza de Lourdes Frederico; Mercado, Elisângela Leal de Oliveira; Magalhães, Luciana de Oliveira Rocha. **Políticas públicas educacionais e formação de professores: convergências e distanciamentos na área de Educação Especial** Revista Educação Especial, vol. 32, pp. 1-28 Universidade Federal de Santa Maria Brasil, 2019.

CARDOSO, Alessandra Andrade; TAVEIRA, Gustavo Diniz de Mesquita; STRIBEL, Guilherme Pereira. **Educação Especial No Contexto De Pandemia: reflexões sobre políticas educacionais**, 2021.

DOS SANTOS, MONICA PEREIRA. **Políticas Públicas De Inclusão De Pessoas Com Deficiência: Uma Análise Omnilética**. XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP – Campinas, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MATISKEI, A. C. R. M. **Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas**. Editora UFPR, Educar, Curitiba, n. 23, p. 185-202, 2004.

JUSTI, S. R. S.; HOSTINS, R. C. L. **Políticas públicas de inclusão para pessoas com deficiência na Educação Superior nos últimos dez anos**. Jornal de Políticas Educacionais. V. 14, e69913. Janeiro de 2020.

TEIXEIRA, Marina Codo Andrade. **Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil**, 2010.